

# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **ATA Nº 17/2025 DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

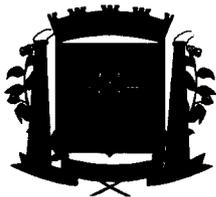
### **Audiência Pública para Prestação de Contas do Executivo - 1º Quadrimestre de 2025**

Aos 2 dias de junho de 2025, às 15h16min, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá, presentes os vereadores Lucas Rufino Zocoli, Aline Moreira Silva Melo e José Roberto Reis Filgueiras, respectivamente, Presidente, Vice-presidente e membro, para receber os Secretários Municipais e os técnicos da Prefeitura para Prestação de Contas do 1º Quadrimestre do exercício de 2025.

Estiveram presentes e compuseram a mesa da sessão os vereadores Gilson Fazolla Filgueiras, Breno Reis de Oliveira, André Eustáquio Alves, Samuel Soares da Silva, Antônio Domingos Ximendes Trindade, Edeir Pacheco da Costa, Renato Vieira, Jane Cristina Lacerda Pinto, Paulo Cezar Tavares e José Maria Fernandes, o Supervisor Jurídico Contábil da Câmara Municipal de Ubá, Silvério Dias Maciel, os Secretários Municipais de Governo e Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Geraldo Alves, de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, Caetano Marciano de Souza, de Obras, Álvaro Duarte Sol, de Cultura, Alessandra Labanca Garcia, de Administração, Salomão Junior Curi, de Desenvolvimento Social, Rômulo Silva Rodrigues (Vice-prefeito), de Educação, Adriana Lucarelli Lavorato Souza, de Finanças, Rodrigo da Silva Ferreira, e o de Saúde, Paulo Vitor da Costa, o Controlador Geral e Auditor Fiscal do Município, Marcelo Corrêa Paiva, e o Gerente de Divisão de Gestão Orçamentária, Pedro Waquin, Foi registrada a presença da Procuradora Geral da Câmara Municipal de Ubá, dra. Leticia Victorio Medeiros.

Marcelo iniciou sua fala dizendo que o material que será apresentado foi protocolado na Câmara sexta-feira, dia 30 de maio, e, assim, entende que cumpriu o art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - (Lei Complementar nº 101/2000). Explicou que não foi possível apresentá-lo na Audiência Pública agenda para o dia 29 de maio, porque ocorreram inconsistências no sistema da Governança Brasil, empresa que lhes dava suporte contábil, que não foram sanadas a tempo. Após as explicações, fez a leitura do material produzido pela Controladoria Interna, onde constam os quadros da Execução Orçamentaria da Receita, da Receita por Elemento, do Imposto e Transferências Correntes, da Despesa por Elemento, da Despesa por Secretaria, do Resumo Financeiro, da Despesas com Pessoal, da Despesas com Ensino, da Despesa com Saúde, da Aplicação do Fundeb e das principais ações executadas por Secretaria, todos referentes ao período de janeiro, fevereiro, março e abril de 2025.

Consta no material que o total da Execução da Receita Orçamentária no 1º quadrimestre de 2025 foi de R\$ 178.325.897,36 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e vinte e cinco mil e oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), já deduzido R\$ 18.209.028,02 (dezoito milhões, duzentos e nove mil e vinte e oito reais e dois centavos) do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Marcelo comentou que houve um aumento na receita de abril devido a arrecadação de IPTU e IPVA.



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

A vereadora Jane pediu a informação do valor, em porcentagem, recolhido de IPTU e IPVA no primeiro quadrimestre, para tomar ciência do que será arrecadado nos próximos, considerando a estimativa apurada, pois se preocupa com as arrecadações futuras, visto que o mês de maior arrecadação foi abril, devido ao desconto concedido. Marcelo pediu a vereadora que protocole na Prefeitura a solicitação desses dados, pois não os tem precisamente, no momento. Antônio Geraldo contribuiu dizendo que a arrecadação dobrou, comparada a da administração anterior, e que possuem estratégias para manter os planos de governo acontecendo, considerando, também, outras ações de arrecadação.

O vereador Breno comentou sobre a remarcação dessa Audiência Pública, justificada, pela Prefeitura, por meio de um documento entregue aos vereadores, acusando haver inconsistência de informações no site da GOVBR e perda de dados, e disse que se preocupa com a validade dos dados informados nessa reunião. Marcelo disse que na quinta-feira, à tarde, os dados foram recuperados, após várias notificações à empresa, que estaria sujeita a pena de multa, caso não resolvesse o problema.

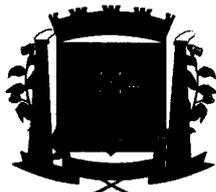
Dando seguimento, o vereador questionou o que seria “receita de capital” e o motivo dela estar zerada. Marcelo respondeu que é a proveniente de alienação de bens móveis e imóveis e operação de crédito e que essas ações não ocorreram até o momento. Antônio Geraldo disse que os convênios também são incluídos nessa rubrica, mas como foram assinados recentemente, não apareceram nesta.

O vereador Gilson pediu a palavra e comentou sobre a importância de se ter feito uma reunião de comissão para a troca da data da Audiência e que o protocolo do documento foi atemporal para a publicidade, pois o protocolo é lido na reunião ordinária, que ocorrerá após essa Audiência.

O presidente da reunião, vereador Lucas, explicou que foi orientado por servidores da Casa da necessidade de marcar uma data para a Prestação de Contas do Executivo e não foi necessário reunião de comissão para tal, então, seguindo a mesma linha, entendeu que a remarcação também não precisaria. Explicou que foi procurado por representantes do Executivo, que lhe explicou que não seria possível a prestação de contas na quinta-feira, dia 29 de maio, por problemas com os dados, então, comunicou os demais membros, por telefone, que concordaram com a alteração da data para 25 de junho, porém, o vereador José Roberto não quis assinar o documento oficializando o ato. Pouco depois, o vereador José Roberto o procurou pedindo que essa data fosse adiantada e, julgando justo o pedido, entrou em contato com a Prefeitura, que informou a data do dia 2 de junho, pois conseguiram resolver os problemas com a Governança Brasil.

A vereadora Jane comentou que o documento enviado a essa Casa pela Controladoria Interna não foi produzido em papel timbrado e nele dizia que havia perda de dados pela Governança Brasil. Alguns vereadores ligaram para a empresa, que os informou que os dados estavam no sistema.

Marcelo explicou que a apresentação da Prestação de Contas é feita nas Câmaras maiores, Belo Horizonte e Juiz de Fora, e Ubá achou por certo realizá-la no mesmo formato, mas não é uma obrigatoriedade imposta pela LRF aos municípios, com exceção dos casos controversos, que exijam



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

melhores explicações, e o protocolo dos documentos foi realizado em tempo hábil, conforme legislação.

O vereador José Roberto comentou que a discussão se deve por ser um fato novo, não houveram casos em que a Prestação de Contas não tenha ocorrido em maio, porque a legislação prevê os meses que deverá ocorrer, não considerando que seja realizado no primeiro dia útil do mês seguinte. Quanto a perda dos dados, disse que a empresa informou que não ocorreu e enviou os relatórios aos vereadores solicitantes. Concluiu dizendo que a Prefeitura informou que recuperou os dados, então, não havia motivo para mudança de data.

Contou que, durante a ligação do presidente da Comissão, avisando da alteração da data, sugeriu o agendamento de uma reunião com os demais vereadores para tratar do assunto, pois ficou preocupado em descumprir uma norma legal, e, por isso, não assinou o documento.

O Secretário de Finanças explicou que ocorreram inconsistências/divergências no sistema da Governança Brasil com os dados do sistema da Prefeitura, portanto, não conseguiria obter a receita real, mas perda de dados não ocorreu, porque são realizados *backups*, e disse “ninguém ouviu da minha boca, que sou o responsável pela contabilidade e pela finanças”.

O vereador André fez a leitura do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal e concluiu que a apresentação em Audiência Pública deveria ter ocorrido no mês de maio, conforme dito pelo vereador José Roberto.

O vereador Samuel questionou se, diante dos fatos, a reunião deveria continuar e os vereadores decidiram por sim.

Continuando a apresentação, Marcelo fez a leitura do quadro de Despesa por Elemento e o valor do final do quadrimestre foi de R\$ 120.362.321,08 (cento e vinte mil, trezentos e sessenta e dois mil e trezentos e vinte e um reais e oito centavo).

Sobre esse quadro, o vereador Gilson disse que o valor demonstrado no “serviços de consultoria” (R\$ 135.858,45) está aquém do que é visto no Portal da Transparência do site da Prefeitura, que consta R\$ 550 mil, aproximadamente. A vereadora Jane aproveitou o assunto e questionou se alguns contratos da gestão passada ainda estão vigentes, porque, como dito pelo vereador Gilson, o valor não está correspondente, analisando os empenhos. O secretário Antônio Geraldo disse que se recorda de ter renovado com a empresa Volpi. Marcelo solicitou a vereadora que protocole um pedido solicitando a cópia dos empenhos.

A vereadora Jane perguntou o que seria “terceiros-pessoa jurídica”, pois observou que o mês de março apresentou um valor maior de despesa, ao contrário da despesa com pessoal civil, que no mesmo período teve uma queda no valor. Quanto ao pessoal civil, Marcelo respondeu que houve uma antecipação de pagamento do mês de março no mês de fevereiro.

Utilizando a Prestação de Contas da administração passada como comparativo, no mesmo período, a vereadora disse que a terceirização dobrou de valor e gostaria de saber o que foi contratado. Marcelo disse que ocorreu o acerto com os terceirizados, janeiro e fevereiro, mais o reajuste da convenção coletiva e aumento nas demandas dos serviços prestados, que serão detalhadas pelos secretários em instantes.

A vereadora pediu explicações sobre a contratação da empresa Oliveira, se houve depósito de pagamento na sua conta e qual o valor destinado. A Secretária de Educação respondeu que



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

realizaram dois depósitos para a empresa, nos valores de R\$ 247 mil e outros de, aproximadamente, R\$ 300 mil. O primeiro pagamento foi repassado aos monitores e o outro não, por isso, a Prefeitura, como corresponsável, está pagando novamente, pois foi acionada pela Justiça do Trabalho.

O Secretário de Finanças explicou que o contrato da empresa anterior não poderia ser novamente renovado, então, as empresas seguintes foram chamadas por ordem de classificação na licitação, mas não houve interesse nas anteriores à empresa Oliveira. Os documentos apresentados por ela estavam corretos e dentro do que a lei exige.

Marcelo acrescentou ao assunto que, nas contratações, a empresa é obrigada a depositar uma caução e o município utilizou nos pagamentos realizados. Adriana disse que o valor da caução era de R\$ 50 mil e que, além disso, nos contratos de terceirização é feito um seguro de 5% do valor do contrato, e a Prefeitura já o solicitou. No mais, informou aos vereadores que, caso queiram a documentação, podem solicitar na Procuradoria do município.

O vereador Gilson questionou onde constam as desapropriações nesse documento. Marcelo respondeu que está em “obras-instalações-aquisições”, bem como o asfaltamento.

Perguntou, também, onde fica o pagamento de auxílio transporte e o Marcelo disse que é na folha de pagamento.

O vereador José Roberto comentou sobre os valores pagos em “contribuições, subvenções e auxílios” nos meses de março e abril e pediu o nome das instituições que receberam. Marcelo respondeu que as entidades estão relacionadas na lei de subvenções.

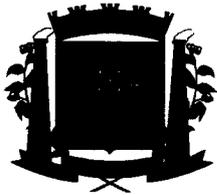
O vereador pediu a relação dos prestadores de serviços para a Prefeitura, incluídos no “terceiros-pessoa jurídica”. Antônio Geraldo disse que nessa classificação também estão incluídas as empresas Copasa, Energisa, empresa de telefonia e de banda larga.

A vereadora Jane questionou se existe alguma dívida em relação ao Carnaval. Alessandra disse que ainda existem débitos a serem pagos da ata que aderiram. Explicou que a adesão foi necessária, porque, quando assumiram a Secretaria, diversos contratos estavam vencendo e não havia tempo de fazer nova licitação, então, aderiram a ata de preços da empresa Lok Pirâmide. Contou que antes eram vários contratos, mas a adesão a uma ata foi vantajosa para o cofre público.

Contou que, em início de abril, a Certidão Negativa de Débitos - Governo Federal - da empresa venceu, então, conseguiram pagar somente uma parcela, mas em breve os pagamentos serão realizados, porque a Procuradoria emitiu um parecer dizendo que o jurídico da empresa demonstrou que a irregularidade não ocorreu de má fé.

Questionada sobre o valor da parcela, respondeu que era de, aproximadamente, R\$ 169.290,00 e, sobre o total gasto em estrutura com o Carnaval, respondeu R\$ 615.909,14, que será pago proporcional ao serviço prestado.

O vereador José Maria pediu ao Secretário de Saúde que expusesse as ações realizadas até o momento, pois a despesa da Saúde, nesse 1º quadrimestre, foi a maior, R\$ 52.691.091,75 (cinquenta e dois milhões, seiscientos e noventa e um mil e noventa e um reais e setenta e cinco reais). O secretário disse que adquiriram 11 veículos novos (despesa de, aproximadamente, R\$ 3 milhões), que demandou a contratação de pessoal para dirigi-los; aquisição de terrenos para construção de unidades de saúde (UBS São Judas Tadeu e CAPS I); impacto na folha com o reajuste de 8% dos servidores; ampliação de horário dos serviços, que gerou a necessidade de mais pessoal; o



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Vacimóvel funcionando aos finais de semana, gerando a necessidade de pagamento de horas extras; ampliação do horário da Policlínica Odontológica e Farmácia Municipal.

A vereadora Jane solicitou esclarecimento se o valor do saldo bancário de R\$ 126.019.424,19 (cento e vinte e seis milhões, dezenove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos) foi deixado em caixa pela administração anterior para cobrir os gastos. Marcelo e Antônio Gerado explicaram que a administração deixou recurso a maior para cobrir o vinculado, porém, o recurso próprio foi insuficiente, constando restos a pagar de R\$ 23.100.325,00 (vinte e três milhões, cem mil e trezentos e vinte e cinco), então, utilizaram o excesso do recurso vinculado e o valor deixado em dinheiro, de R\$ 19.858.354,00 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e trezentos e cinquenta e quatro reais), mas, ainda assim, não cobriu todo montante, necessitando do dispêndio da arrecadação atual de R\$ 3.241.966,02 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil e novecentos e sessenta e seis reais e dois centavos). Comentou que será apurado se esse valor de restos a pagar é anterior ou posterior a abril de 2024, pois, se posterior, houve um descumprimento da LRF, que prevê penalidade.

A vereadora Aline perguntou se o valor para pagamento das emendas parlamentares dos vereadores da gestão passada foi deixado em caixa. Antônio Geraldo disse que foi informado pelo antigo secretário de Finanças que tinha sido aberta uma conta específica para o pagamento relativo aos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024, mas não identificaram essa conta e não, também, ao empenho, em restos a pagar.

O vereador José Roberto comentou que se recorda de na Prestação de Contas anterior ter constado superávit nas contas bancárias. Marcelo disse que ocorreu uma inversão nos valores do recurso vinculado com o próprio, então, haviam destinações do fundo que constava no próprio, sendo o correto constar no vinculado. O vereador concluiu dizendo que é muito sério o que se está dizendo, quanto a deixar dívidas para a próxima administração e sobre a apresentação da Prestação anterior estar com valores trocados.

A vereadora Jane perguntou ao Marcelo se ele garante a integridade das informações trazidas nessa Prestação de Contas. Marcelo respondeu que sim, que os dados estão disponibilizados no Portal da Transparência, no site da Prefeitura, e foram encaminhadas ao Tribunal de Contas pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom).

A vereadora também questionou se existe alguma preocupação com o aumento advindo da nova contratação de empresa de resíduos sólidos, nas terceirizações. O Secretário de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana disse que os números estão errados e contou que o contrato com a ECP era de R\$ 19.400.000,00 (dezenove milhões e quatrocentos mil reais) ao ano e que mantê-la, ofertando os mesmos serviços já prestados, haveria um reajuste para R\$ 23 ou R\$ 24 milhões. Disse que os serviços contratados por meio da nova licitação, emergencial, é de, aproximadamente, R\$ 38.300.000,00 (trinta e oito milhões e trezentos mil reais), incluindo o aumento na quantidade dos serviços que já existiam e a solicitação de novos, por exemplo, capina elétrica. Caetano explicou que o pagamento da capina elétrica somente será efetivado se for utilizado o serviço, portanto, o valor do contrato é uma previsão.

A vereadora disse que se alugada a capina elétrica e varredeira elétrica da ECP e somar ao reajuste do contrato, o valor seria de R\$ 25 milhões, aproximadamente, beneficiando o município.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Disse que observou que a empresa Suma Brasil está utilizando o caminhão da ECP. O secretário continuou justificando a contratação contando que aumentou os dias de trabalho e a quantidade de caminhões (6 durante o dia e 2 durante a noite), disse que acrescentou mais trabalhadores, sendo a meta 170 (antes eram 80).

A vereadora disse que estava previsto no contrato com a ECP o aumento de pessoal e, inclusive, contemplando mais bairros, daí a necessidade de mais caminhões também, no valor de R\$ 24 milhões.

O secretário explicou a vereadora que no dia 30 de abril a ECP lhe entregou uma carta abdicando de continuar prestando os serviços. A vereadora disse que conversou com eles e que eles disseram que lhes foi solicitada capina elétrica e um atestado de capacidade técnica e, caso houvesse algo que onerasse o custo, o valor seria dividido entre Prefeitura e empresa. Concluiu que a empresa mentiu, porque parece que lhe foi conveniente locar seus caminhões para a Suma Brasil.

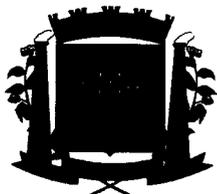
O secretário disse que hoje haviam 11 caminhões de coletas para uma limpeza emergencial na cidade. Explicou que os serviços de capina e de varredura serão pagos à empresa por medição, considerando o metro quadrado ou o metro linear, no caso da coleta de lixo, utilizará a pesagem do caminhão. Informou que será uma estrutura maior para manter a cidade limpa e que o controle será realizado por fiscal. Citou que no contrato existe o item palestra de Educação Ambiental.

Marcelo continuou a leitura dos quadros. O quadro 7 traz a despesa com pessoal, período dos últimos 12 meses, correspondente a maio de 2024 a abril de 2025, obtendo o percentual de 36,47% da receita líquida de R\$ 479.416.269,55 (quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), que equivale a R\$ 174.855.639,91 (cento e setenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e trinta e nove reais e noventa e um centavos), obedecendo o limite constitucional máximo de despesas de 54% (R\$ 258.884.785,56).

No quadro 8 incluiu-se o gasto com Ensino, no 1º quadrimestre foi de R\$ 21.334.102,21 (vinte e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil e cento e dois reais, e vinte e um centavos), correspondendo ao percentual de 19,56% de R\$ 109.069.196,73 (cento e nove milhões, sessenta e nove mil e cento e noventa e seis reais e setenta e três centavos), obtido da receita de impostos e transferências arrecadados. Considerando a obrigatoriedade anual de aplicação mínima de 25% das receitas de impostos, disse que pela projeção, até dezembro, atingirá 26 a 27%.

O quadro 9 traz o gasto com Saúde, que no 1º quadrimestre foi de R\$ 22.838.556,12 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), atingindo o percentual de 20,94% aplicado da receita de R\$ 109.069.196,73, considerando a obrigatoriedade anual de aplicação mínima de 15%.

O quadro 10 traz a aplicação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que no 1º quadrimestre foi de R\$ 17.212.666,44 (dezessete milhões, duzentos e doze mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), tendo o percentual de 61,80% aplicado, da receita total de R\$ 27.852.099,44 (vinte e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), considerando a obrigatoriedade anual de aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB. Na projeção passará o 80%.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Após a apresentação dos dados, os secretários falaram sobre as principais ações executadas em suas secretarias.

Na apresentação da Secretária de Educação, a vereadora Jane perguntou se a contratação dos professores foi por excepcional interesse público. A secretária respondeu que são contratados de acordo com as demandas nas escolas e os contratos são por tempo determinado, tendo direito, ao final do contrato, geralmente em dezembro, férias, décimo terceiro e qualquer outro acerto financeiro de direito. Disse que hoje, ao todo, a rede tem mais de 700 profissionais recebendo bruto R\$ 3.925,00 (três mil e novecentos e vinte e cinco reais), aproximadamente, e, desses, 500 são efetivos (os efetivos possuem vantagens da carreira).

Explicou que com o encerramento de contrato a Prefeitura precisa realizar um novo processo seletivo ou nomear os aprovados em concurso público vigente, que inclusive, existe um, e 41 pessoas serão chamadas na próxima semana. Disse que o processo seletivo vigente se encerra no início do próximo ano e será providenciado um novo para as contratações em 2026. A vereadora comentou que se preocupa que a contratação das mesmas pessoas, seguidamente, sem interstício de prazo, gere vínculos trabalhistas futuros.

O vereador Gilson comentou que uma emenda parlamentar sua foi destinada para a construção de um novo muro na escola Pedro Peron, garantindo a segurança dos alunos e professores, mas obteve impedimento técnico. A secretária disse que a Caixa Escolar da instituição não está regulamentada e conversou com o diretor Jardel sobre essa necessidade, pois a Caixa o ajudará no desenvolvimento de diversas atividades e projetos, inclusive na manutenção da escola. No mais, disse que a “engenharia”, pelo “Catadão”, ajudará nas intervenções pequenas, mas necessárias, nas escolas.

O presidente da reunião registrou a presença da vereadora Aparecida Sônia Ferreira Vidal.

Na apresentação do Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, o vereador Gilson perguntou se a secretaria está zelando pelas árvores que foram plantadas, recentemente, exterminando as pragas. Caetano respondeu que não está sendo feito, porque o agrônomo da secretaria está com problemas de saúde, mas solicitou a contratação de outro profissional, pois como se utiliza produto químico, a função não pode ser delegada a qualquer pessoa, bem como outras funções que estão sem realizar, como a manutenção nas barraginhas.

Na apresentação do Secretário de Desenvolvimento Social, o vereador Gilson comentou sobre o vídeo gravado pelo Prefeito e pelo Vice-prefeito dizendo que mulheres vítimas de violência serão acolhidas na sede do antigo presídio de Ubá, portanto, gostaria de saber quando iniciará o acolhimento e como o local será mantido. Rômulo explicou o local será reformado utilizando a emenda da Deputada Ione, de aproximadamente 1 milhão, conquistada pela vereadora Aline, e outras emendas que também conseguiram, e que o local foi cedido pelo Estado, por 5 anos, com o apoio dos parlamentares estaduais. Explicou que as celas serão transformadas em mini suítes para acolher a mulher e seus filhos, caso seja necessário. Antônio Geraldo complementou que iniciou as tratativas com o Estado e será elaborado um projeto de lei para que a cessão seja definitiva, por doação.

O vereador Samuel pediu ao secretário para falar sobre o novo Centro POP. Rômulo disse que o Albergue não constava no organograma da secretaria e o antigo Centro POP não funcionava



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

em um local adequado. Contou que, no atual, os espaços disponíveis para os usuários serão separados por divisórias, que ainda não chegaram, mas no local a estadia feminina já está separada da masculina, e da das pessoas com necessidades especiais, foi colocado chuveiro com água quente, cama com novos colchões, e, hoje, com a ajuda das igrejas, conseguem alimentar as pessoas com qualidade, mas gostaria de adequar o espaço para garantir as 4 refeições diárias.

Comentou que foram doadas esse ano quase 400 cestas básicas, pelo Banco de Alimentos, todas advindas de doações e parcerias. Também comentou sobre o que a secretaria está fazendo para ajudar as pessoas em situação de rua.

O vereador André convidou o secretário a ir à Casa Mãe da Divina Misericórdia, em Ubá, que está regularizada, e acolhe as pessoas em situação de rua, pois pode ajudar nos trabalhos que a secretaria realiza com essas pessoas, e, ao invés de encaminhá-las ao Rio de Janeiro, interná-las em Ubá.

Após a apresentação das secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Social e de Governo, o vereador André questionou se haverá auditoria na construção do Centro Administrativo, algo trazido durante a campanha do prefeito Damato, pois existe uma denúncia no Ministério Público sobre desvio doloso de dinheiro público nessa construção e é necessário zelar pelo dinheiro público. Antônio Geraldo disse que seria matéria da Controladoria.

O vereador Breno comentou que o Governo Federal publicou medidas de contingência para os próximos meses, até o final do ano, então, gostaria de saber se a Prefeitura de Ubá está realizando essa contingência em relação às despesas e se teria os dados da receita arrecadada e do que foi utilizado. Marcelo disse que a projeção do próximo quadrimestre será baseada nas receitas que entrarão, como o restante do IPTU, FPM, ICMS e outras receitas correntes. Essa programação financeira corresponde ao impacto e a conta das cotas será feita pela nova empresa, HLH, que trabalha com o sistema de provisionamento de cotas, de acordo com o histórico de arrecadação dos últimos 3 anos. Antônio Geraldo disse que a previsão de arrecadação é de R\$ 642 milhões, mas acredita que a receita chegará a R\$ 560 milhões, está acompanhando por bimestre a receita, e conversou com os secretários para fazer um contingenciamento de 10% nas secretarias, respeitando as necessidades de alguns programas das secretarias de saúde e desenvolvimento social.

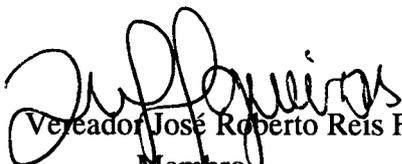
Não houve a participação do público.

Os dados produzidos e informados pelo Executivo nessa Audiência Pública constam no final dessa ata.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião às 19h03min.

  
Vereador Lucas Rufino Zocoli  
Presidente

  
Vereadora Aline Moreira Silva Melo  
Vice-presidente

  
Vereador José Roberto Reis Filgueiras  
Membro

**Prefeitura Municipal de Ubá**  
**02/06/2025**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - RGF**  
**1º Quadrimestre de 2025**



## Transparência pública

- Audiência pública de metas fiscais é mecanismo legal decorrente do princípio da publicidade;
- Visa trazer ao conhecimento da sociedade a forma como se está gerindo o dinheiro público;
- É instrumento que atende a diversos princípios, especialmente, aos princípios do estado democrático de direito.

**Portal SICONFI - STN**

[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf)



## Transparência pública

LRF - Art. 48. - São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal**; e as versões simplificadas desses documentos.

LRF - Art. 9º ; § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

[LRF \(Lei de Responsabilidade Fiscal\) - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.](#)



## Sumário

- 1 - Execução Orçamentária da Receita no 1º quadrimestre de 2025
  - 2 - Receita por Elemento no 1º quadrimestre de 2025
  - 3 - Impostos e Transferências Correntes no 1º quadrimestre de 2025
  - 4 - Despesa por Elemento no 1º quadrimestre de 2025
  - 5 - Despesa por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025
  - 6 - Resumo Financeiro no 1º quadrimestre de 2025
  - 7 - Despesa com Pessoal no 1º quadrimestre de 2025
  - 8 - Despesa com Ensino no 1º quadrimestre de 2025
  - 9 - Despesa com Saúde no 1º quadrimestre de 2025
  - 10 - Aplicação do FUNDEB (subvinculação 70%) no 1º quadrimestre de 2025
- Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

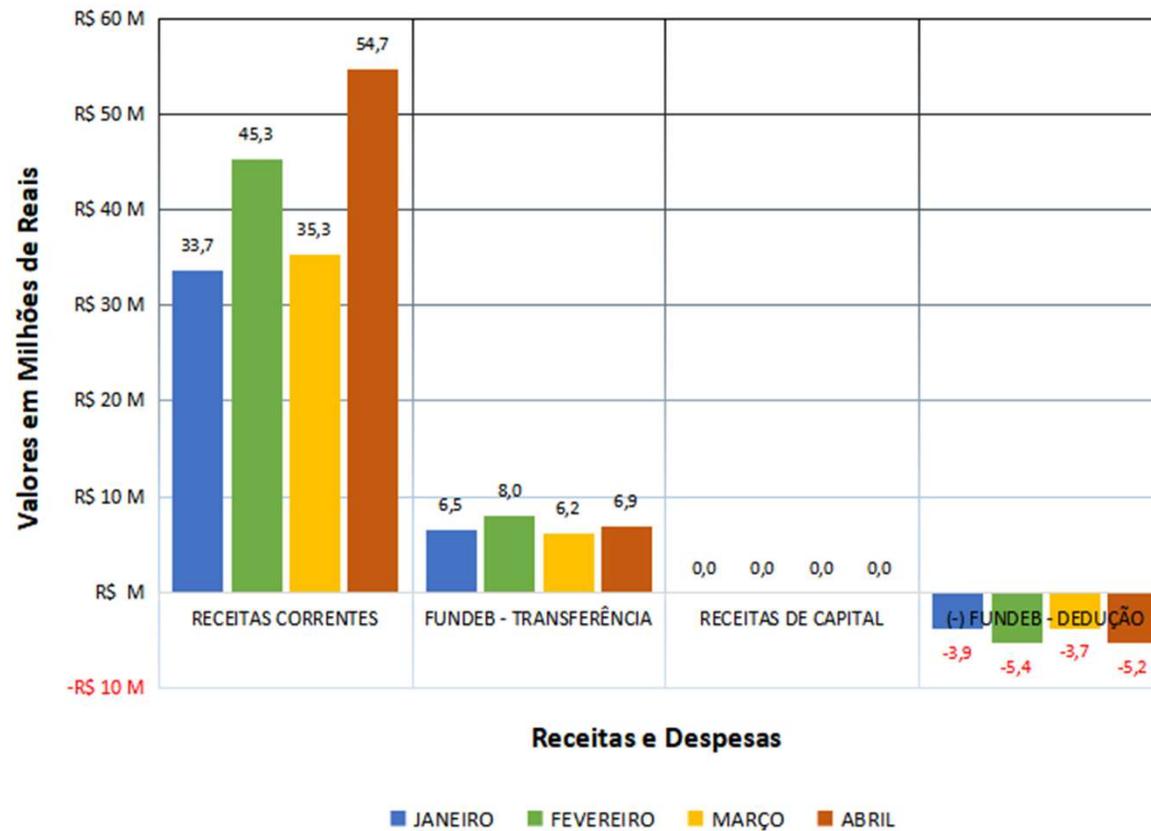
Quadro 1 - Execução Orçamentária da Receita no 1º quadrimestre de 2025

RECEITA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL NO QUADRIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	R\$ 33.679.621,37	R\$ 45.251.590,64	R\$ 35.334.374,64	R\$ 54.718.917,36	R\$ 168.984.504,01
FUNDEB - TRANSFERÊNCIA	R\$ 6.514.538,16	R\$ 8.009.591,30	R\$ 6.160.367,39	R\$ 6.865.924,52	R\$ 27.550.421,37
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 0,00				
(-) DEDUÇÕES FUNDEB/OUTRAS	R\$ 3.873.604,86	R\$ 5.356.960,09	R\$ 3.734.239,29	R\$ 5.244.223,78	R\$ 18.209.028,02
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 36.320.554,67</b>	<b>R\$ 47.904.221,85</b>	<b>R\$ 37.760.502,74</b>	<b>R\$ 56.340.618,10</b>	<b>R\$ 178.325.897,36</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 1 - Execução Orçamentária da Receita no 1º quadrimestre de 2025



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

**Quadro 2 - Receita por Elemento no 1º quadrimestre de 2025**

RECEITA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL NO QUADRIMESTRE
IMPOSTOS	R\$ 4.279.577,45	R\$ 4.603.431,79	R\$ 5.986.664,21	R\$ 19.213.031,79	R\$ 34.082.705,24
TAXAS	R\$ 252.619,47	R\$ 620.722,68	R\$ 2.055.897,37	R\$ 1.866.783,78	R\$ 4.796.023,30
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 712.433,86	R\$ 723.655,36	R\$ 973.220,45	R\$ 880.137,48	R\$ 3.289.447,15
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 897.095,06	R\$ 1.017.810,37	R\$ 1.022.405,47	R\$ 1.352.180,04	R\$ 4.289.490,94
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 7.737,32	R\$ 4.456,84	R\$ 6.608,07	R\$ 2.662,58	R\$ 21.464,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 33.785.371,87	R\$ 46.100.647,90	R\$ 31.249.157,34	R\$ 37.438.351,49	R\$ 148.573.528,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 259.324,50	R\$ 190.457,00	R\$ 200.789,12	R\$ 831.694,72	R\$ 1.482.265,34
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 0,00				
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00				
(-) DEDUÇÕES FUNDEB/OUTRAS	R\$ 3.873.604,86	R\$ 5.356.960,09	R\$ 3.734.239,29	R\$ 5.244.223,78	R\$ 18.209.028,02
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 36.320.554,67</b>	<b>R\$ 47.904.221,85</b>	<b>R\$ 37.760.502,74</b>	<b>R\$ 56.340.618,10</b>	<b>R\$ 178.325.897,36</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Transferências correntes

### TRANSFERÊNCIAS UNIÃO E SUAS ENTIDADES:

- FPM (Fundo de Participação dos Municípios)
- FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social)
- FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)
- SUS (Sistema Único de Saúde)
- ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural)
- Recursos União e entidades
- Convênios União e entidades
- Complementação ao FUNDEB
- Compensação financiada pela exploração de recursos naturais

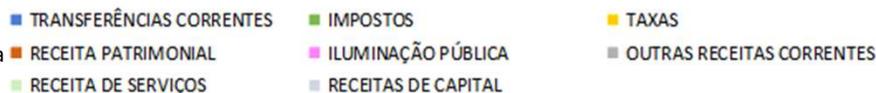
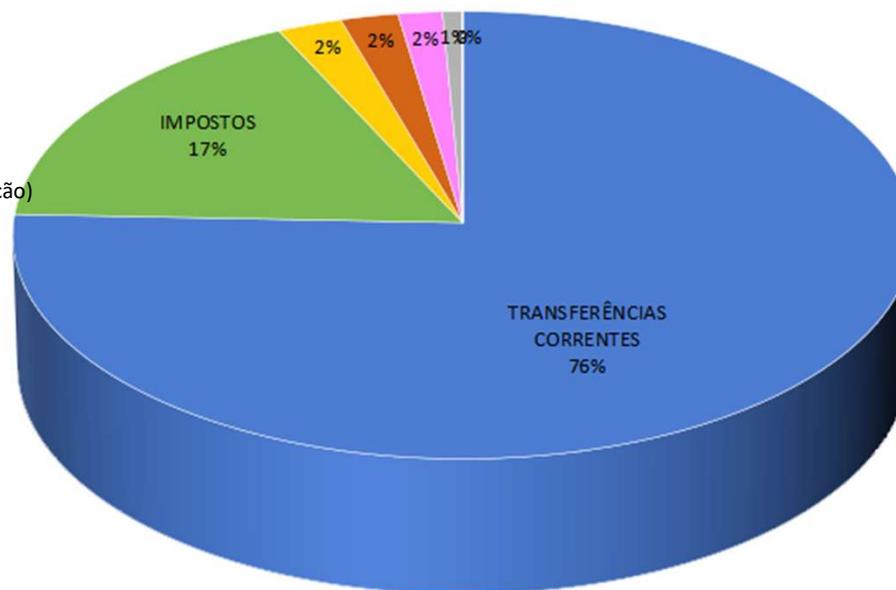
### TRANSFERÊNCIAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

### TRANSFERÊNCIAS OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS:

- FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)

### DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Quadro 2 - Receita por Elemento no 1º quadrimestre de 2025



## Transferências correntes

### TRANSFERÊNCIAS ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES:

- IPVA (Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores)
- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços)
- SUS (Sistema Único de Saúde)
- IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
- CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)
- Transferências Estado, DF e entidades
- Convênios Estado, DF e entidades
- Compensação financiada pela exploração de recursos naturais

## Impostos

- IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana)
- IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)
- ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis)
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)



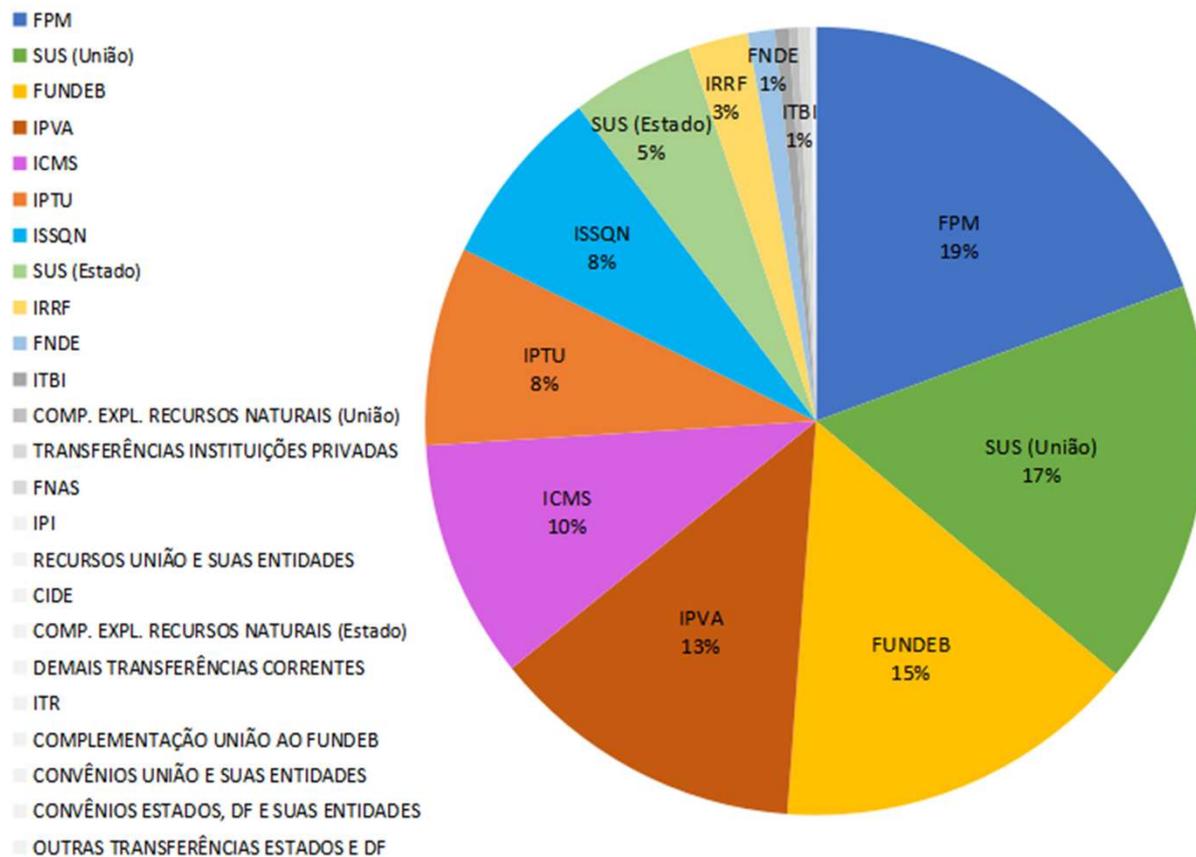
# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 3 - Impostos e Transferências Correntes no 1º quadrimestre de 2025					
RECEITA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL NO QUADRIMESTRE
IPTU (imposto sobre o patrimônio)	R\$ 708.926,57	R\$ 705.422,30	R\$ 2.221.360,40	R\$ 11.259.922,56	R\$ 14.895.631,83
ITBI (imposto sobre o patrimônio)	R\$ 251.679,23	R\$ 246.058,43	R\$ 262.827,46	R\$ 309.361,40	R\$ 1.069.926,52
IRRF (imposto sobre a renda e proventos)	R\$ 529.588,03	R\$ 1.414.985,34	R\$ 677.336,55	R\$ 1.866.291,53	R\$ 4.488.201,45
ISSQN (imposto sobre mercadorias e serviços)	R\$ 2.789.383,62	R\$ 2.236.965,72	R\$ 2.825.139,80	R\$ 5.777.456,30	R\$ 13.628.945,44
<b>IMPOSTOS</b>	<b>R\$ 4.279.577,45</b>	<b>R\$ 4.603.431,79</b>	<b>R\$ 5.986.664,21</b>	<b>R\$ 19.213.031,79</b>	<b>R\$ 34.082.705,24</b>
FPM (transferência da União e suas entidades)	R\$ 8.614.023,17	R\$ 11.559.024,44	R\$ 7.612.149,35	R\$ 7.735.242,69	R\$ 35.520.439,65
ITR (transferência da União e suas entidades)	R\$ 188,25	R\$ 442,98	R\$ 285,17	R\$ 317,59	R\$ 1.233,99
COMPENSAÇÃO EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS (transferência da União e suas entidades)	R\$ 160.257,51	R\$ 177.229,16	R\$ 189.569,44	R\$ 158.596,96	R\$ 685.653,07
SUS (transferência da União e suas entidades)	R\$ 8.129.247,72	R\$ 7.831.500,08	R\$ 7.190.579,70	R\$ 7.259.534,06	R\$ 30.410.861,56
FNDE (transferência da União e suas entidades)	R\$ 656.309,77	R\$ 561.719,34	R\$ 631.366,31	R\$ 177.967,25	R\$ 2.027.362,67
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB	R\$ 0,00				
FNAS (transferência da União e suas entidades)	R\$ 22.784,80	R\$ 96.195,06	R\$ 96.486,48	R\$ 92.318,38	R\$ 307.784,72
CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	R\$ 0,00				
RECURSOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	R\$ 29.217,00	R\$ 29.219,47	R\$ 29.219,47	R\$ 29.219,47	R\$ 116.875,41
ICMS (transferência dos Estados, DF e suas entidades)	R\$ 4.349.913,56	R\$ 4.172.104,84	R\$ 4.349.274,56	R\$ 5.042.332,80	R\$ 17.913.625,76
IPVA (transferência dos Estados, DF e suas entidades)	R\$ 5.046.098,71	R\$ 9.854.466,97	R\$ 4.570.759,57	R\$ 4.321.635,41	R\$ 23.792.960,66
IPI (transferência dos Estados, DF e suas entidades)	R\$ 52.648,31	R\$ 58.965,12	R\$ 63.702,25	R\$ 56.946,35	R\$ 232.262,03
CIDE (transferência dos Estados, DF e suas entidades)	R\$ 25.782,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.910,56	R\$ 49.693,08
COMPENSAÇÃO EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS (transferência dos Estados, DF e suas entidades)	R\$ 4.201,03	R\$ 3.850,56	R\$ 4.368,64	R\$ 4.229,14	R\$ 16.649,37
SUS (transferência dos Estados, DF e suas entidades)	R\$ 30.000,00	R\$ 3.600.697,37	R\$ 203.614,29	R\$ 5.492.913,99	R\$ 9.327.225,65
CONVÊNIOS DOS ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	R\$ 0,00				
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	R\$ 0,00				
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	R\$ 150.161,36	R\$ 144.123,21	R\$ 145.896,72	R\$ 175.744,32	R\$ 615.925,61
FUNDEB (transferência de outras instituições públicas)	R\$ 6.514.538,16	R\$ 8.009.591,30	R\$ 6.160.367,39	R\$ 6.865.924,52	R\$ 27.550.421,37
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00	R\$ 4.554,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 33.785.371,87</b>	<b>R\$ 46.100.647,90</b>	<b>R\$ 31.249.157,34</b>	<b>R\$ 37.438.351,49</b>	<b>R\$ 148.573.528,60</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 38.064.949,32</b>	<b>R\$ 50.704.079,69</b>	<b>R\$ 37.235.821,55</b>	<b>R\$ 56.651.383,28</b>	<b>R\$ 182.656.233,84</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 3 - Impostos e Transferências Correntes 1º quadrimestre de 2025



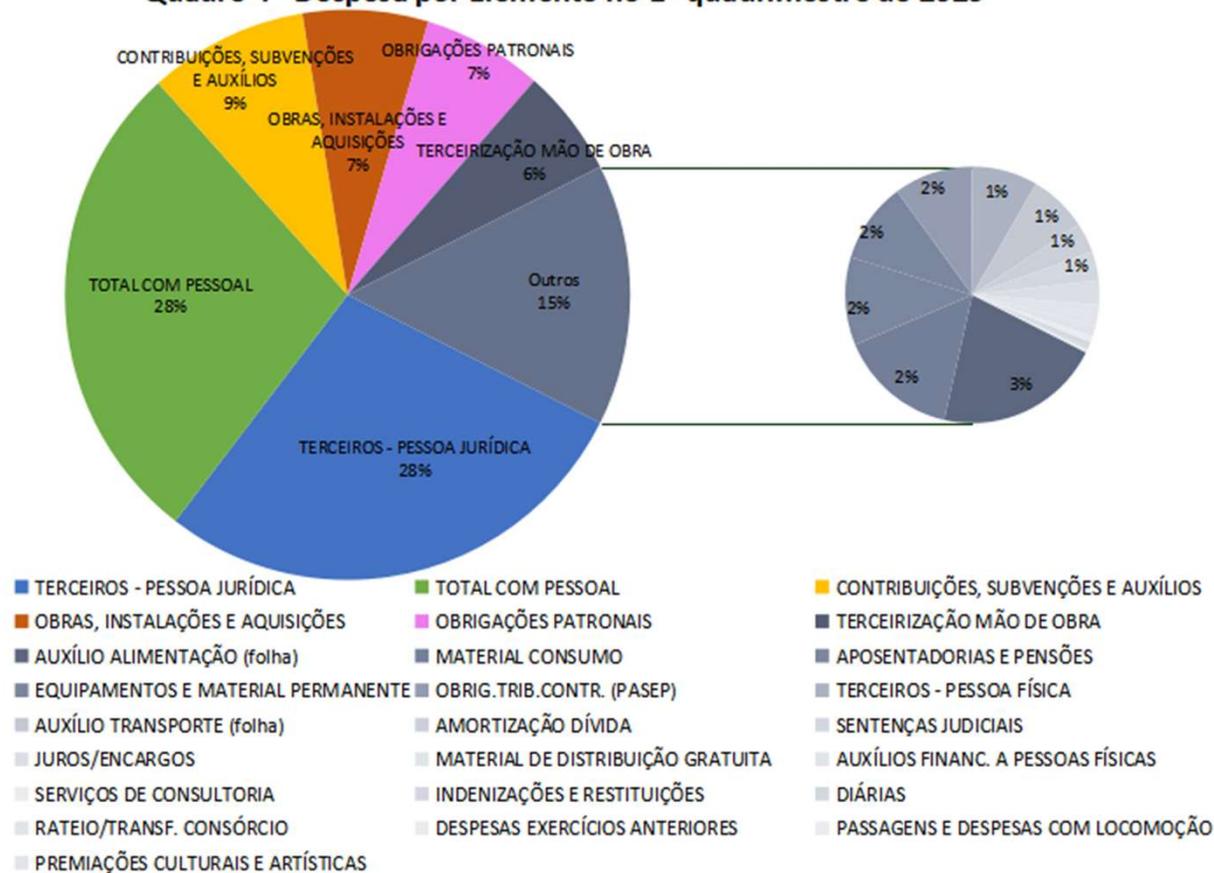
# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 4 - Despesa por Elemento no 1º quadrimestre de 2025					
DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL NO QUADRIMESTRE
DESPESA PESSOAL CIVIL	R\$ 1.684.962,61	R\$ 11.890.900,05	R\$ 1.788.459,62	R\$ 12.378.557,41	R\$ 27.742.879,69
CONTRATAÇÃO PRAZO DETERMINADO	R\$ 59.833,74	R\$ 2.007.044,52	R\$ 264.448,00	R\$ 3.513.762,30	R\$ 5.845.088,56
<b>TOTAL GASTO COM PESSOAL</b>	<b>R\$ 1.744.796,35</b>	<b>R\$ 13.897.944,57</b>	<b>R\$ 2.052.907,62</b>	<b>R\$ 15.892.319,71</b>	<b>R\$ 33.587.968,25</b>
APOSENTADORIAS E PENSÕES	R\$ 40.720,76	R\$ 947.966,32	R\$ 47.580,27	R\$ 938.610,19	R\$ 1.974.877,54
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 17.953,57	R\$ 2.400.819,37	R\$ 2.949.892,44	R\$ 2.914.442,02	R\$ 8.283.107,40
JUROS/ENCARGOS	R\$ 132.038,91	R\$ 134.197,18	R\$ 118.611,67	R\$ 156.310,04	R\$ 541.157,80
RATEIO/TRANSF. CONSÓRCIO	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.750,00	R\$ 10.250,00	R\$ 41.000,00
CONTRIBUIÇÕES, SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 2.164.229,27	R\$ 3.786.600,47	R\$ 5.022.670,12	R\$ 10.973.499,86
DIÁRIAS	R\$ 493,28	R\$ 19.259,53	R\$ 26.046,71	R\$ 19.192,41	R\$ 64.991,93
MATERIAL CONSUMO	R\$ 6.434,70	R\$ 357.645,50	R\$ 1.008.927,05	R\$ 1.322.192,29	R\$ 2.695.199,54
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R\$ 112,69	R\$ 84.174,07	R\$ 197.103,94	R\$ 197.780,11	R\$ 479.170,81
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 1.107,74	R\$ 2.615,56	R\$ 10.023,31	R\$ 13.746,61
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.263,00	R\$ 60.595,45	R\$ 135.858,45
TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 26.037,98	R\$ 709.675,62	R\$ 108.989,89	R\$ 659.696,85	R\$ 1.504.400,34
TERCEIRIZAÇÃO MÃO DE OBRA	R\$ 142.383,37	R\$ 1.236.295,27	R\$ 2.324.693,82	R\$ 3.644.356,71	R\$ 7.347.729,17
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 2.722.679,79	R\$ 6.143.278,35	R\$ 13.174.288,65	R\$ 11.675.357,79	R\$ 33.715.604,58
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (folha)	R\$ 321,50	R\$ 1.756.225,81	R\$ 1.235,11	R\$ 2.011.565,61	R\$ 3.769.348,03
PREMIAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIG. TRIB. CONTR. (PASEP)	R\$ 453.145,26	R\$ 439.906,17	R\$ 479.066,57	R\$ 407.779,50	R\$ 1.779.897,50
AUXÍLIO TRANSPORTE (folha)	R\$ 60,05	R\$ 622.108,80	R\$ 111,11	R\$ 700.859,06	R\$ 1.323.139,02
SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 971,12	R\$ 66.634,25	R\$ 216.475,30	R\$ 363.456,30	R\$ 647.536,97
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 6.139,16	R\$ 1.169,78	R\$ 0,00	R\$ 15.988,97	R\$ 23.297,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 9.234,45	R\$ 25.187,81	R\$ 2.840,78	R\$ 61.467,60	R\$ 98.730,64
OBRAS - INSTALAÇÕES - AQUISIÇÕES	R\$ 117.566,19	R\$ 2.403.112,88	R\$ 2.316.823,97	R\$ 3.785.995,46	R\$ 8.623.498,50
AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	R\$ 27.688,52	R\$ 67.895,80	R\$ 73.338,79	R\$ 77.849,81	R\$ 246.772,92
AMORTIZAÇÃO DÍVIDA	R\$ 168.628,82	R\$ 168.811,61	R\$ 168.894,94	R\$ 169.776,04	R\$ 676.111,41
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00	R\$ 1.176,24	R\$ 674.820,19	R\$ 1.139.679,47	R\$ 1.815.675,90
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.617.406,47</b>	<b>R\$ 33.658.821,94</b>	<b>R\$ 29.827.877,85</b>	<b>R\$ 51.258.214,82</b>	<b>R\$ 120.362.321,08</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 4 - Despesa por Elemento no 1º quadrimestre de 2025



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

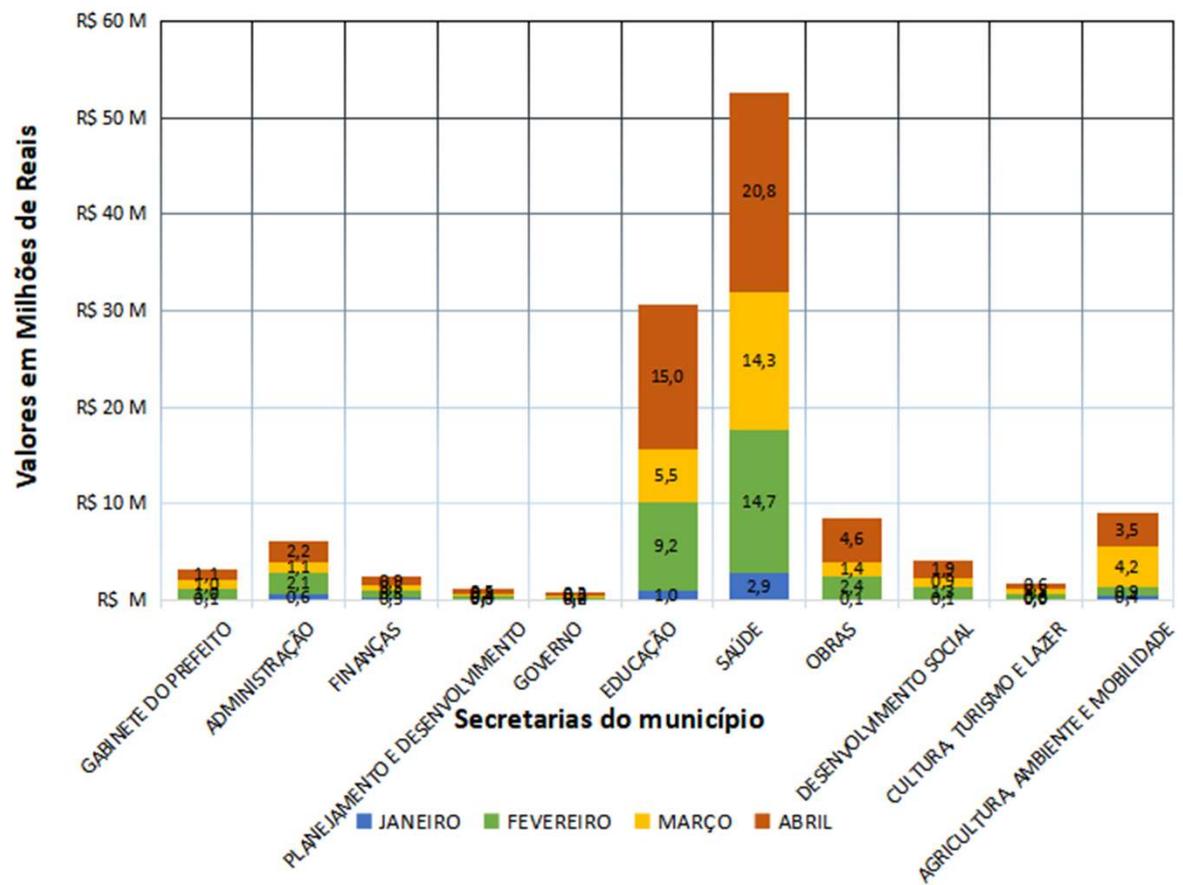
Quadro 5 - Despesa por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL NO QUADRIMESTRE
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 103.142,05	R\$ 987.765,93	R\$ 959.629,75	R\$ 1.082.827,89	R\$ 3.133.365,62
ADMINISTRAÇÃO	R\$ 632.651,64	R\$ 2.120.520,20	R\$ 1.143.956,95	R\$ 2.233.034,06	R\$ 6.130.162,85
FINANÇAS	R\$ 287.328,62	R\$ 755.121,07	R\$ 473.780,09	R\$ 883.421,17	R\$ 2.399.650,95
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	R\$ 28.002,86	R\$ 409.281,65	R\$ 209.536,24	R\$ 494.464,15	R\$ 1.141.284,90
GOVERNO	R\$ 25.026,01	R\$ 235.413,81	R\$ 172.682,53	R\$ 296.601,86	R\$ 729.724,21
EDUCAÇÃO	R\$ 972.266,31	R\$ 9.201.117,51	R\$ 5.515.876,92	R\$ 14.964.758,33	R\$ 30.654.019,07
SAÚDE	R\$ 2.893.719,07	R\$ 14.672.965,18	R\$ 14.346.672,49	R\$ 20.777.735,01	R\$ 52.691.091,75
OBRAS	R\$ 131.712,74	R\$ 2.407.457,85	R\$ 1.410.683,44	R\$ 4.578.180,64	R\$ 8.528.034,67
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 91.558,19	R\$ 1.326.806,28	R\$ 880.784,41	R\$ 1.880.751,33	R\$ 4.179.900,21
CULTURA, TURISMO E LAZER	R\$ 23.729,51	R\$ 608.257,31	R\$ 547.896,12	R\$ 605.611,56	R\$ 1.785.494,50
AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE	R\$ 428.269,47	R\$ 934.115,15	R\$ 4.166.378,91	R\$ 3.460.828,82	R\$ 8.989.592,35
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.617.406,47</b>	<b>R\$ 33.658.821,94</b>	<b>R\$ 29.827.877,85</b>	<b>R\$ 51.258.214,82</b>	<b>R\$ 120.362.321,08</b>



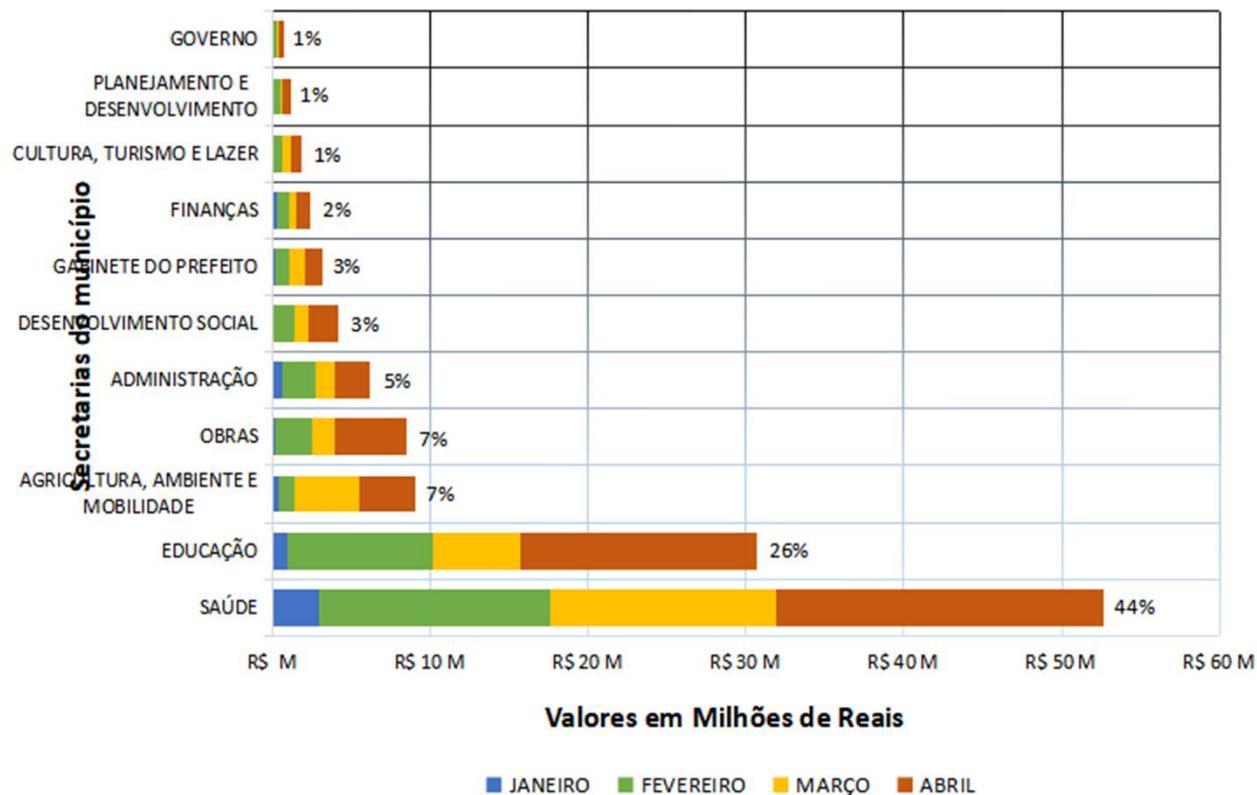
# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 5 - Despesa por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 5 - Despesa por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025



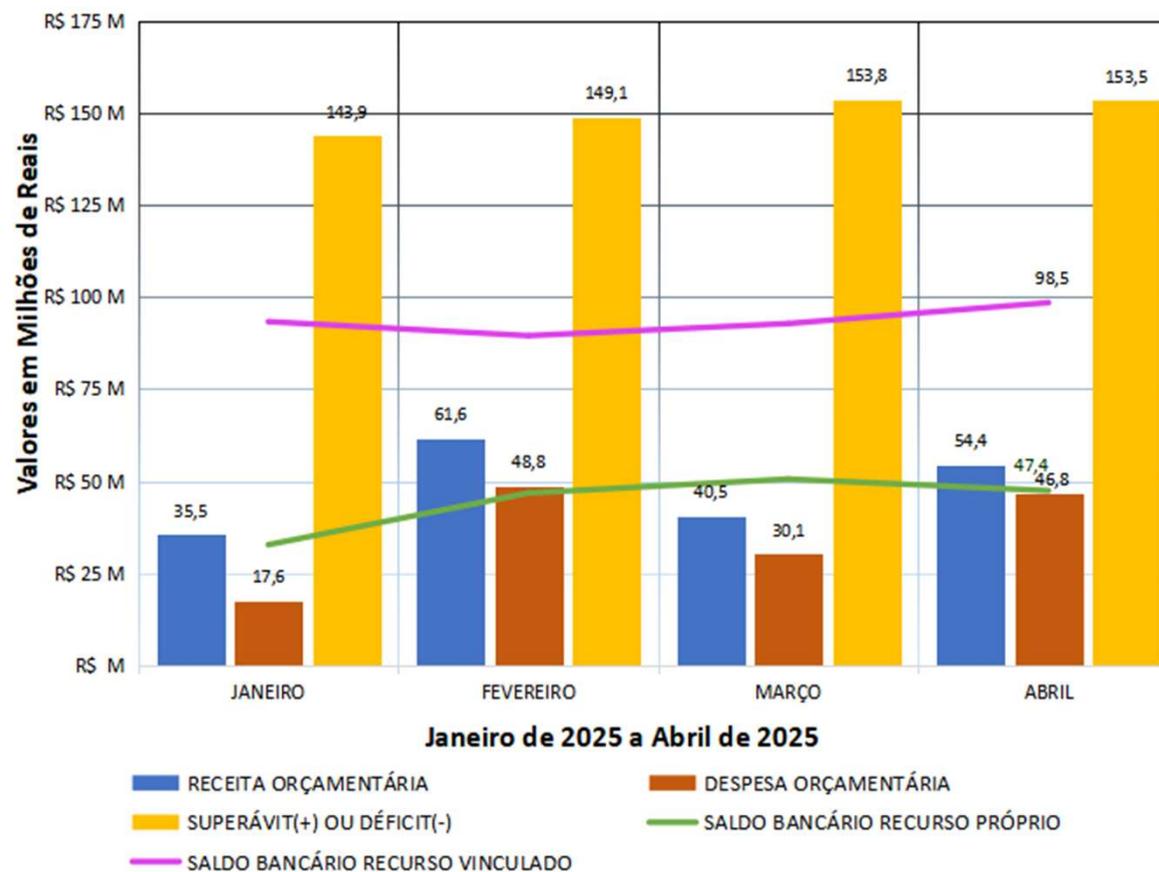
# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

**Quadro 6 - Resumo Financeiro no 1º quadrimestre de 2025**

HISTÓRICO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	
<b>A - RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	R\$ 35.501.598,77	R\$ 61.592.126,36	R\$ 40.531.248,78	R\$ 54.376.476,69	<b>O ÚLTIMO SALDO REPRESENTA O SUPERÁVIT (+) OU DÉFICIT (-) FINANCEIRO AO FINAL DO REFERIDO QUADRIMESTRE</b>
<b>B - DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	R\$ 17.593.165,35	R\$ 48.816.853,64	R\$ 30.131.140,23	R\$ 46.786.655,03	
<b>C - SALDO BANCÁRIO RECURSO PRÓPRIO</b>	R\$ 32.686.448,31	R\$ 46.750.569,04	R\$ 50.537.991,13	R\$ 47.374.125,76	
<b>D - SALDO BANCÁRIO RECURSO VINCULADO</b>	R\$ 93.332.975,88	R\$ 89.525.963,14	R\$ 92.825.453,69	R\$ 98.513.358,65	
<b>E - SALDO BANCÁRIO TOTAL (C + D)</b>	R\$ 126.019.424,19	R\$ 136.276.532,18	R\$ 143.363.444,82	R\$ 145.887.484,41	
<b>F - SALDO FINAL (A - B + E)</b>	<b>R\$ 143.927.857,61</b>	<b>R\$ 149.051.804,90</b>	<b>R\$ 153.763.553,37</b>	<b>R\$ 153.477.306,07</b>	<b>SUPERÁVIT</b>

# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadro 6 - Resumo Financeiro no 1º quadrimestre de 2025



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Importância do Controle de Gastos Públicos: Pessoal, Educação, Saúde e FUNDEB

Fundamento Legal: LRF estabelece limites e obrigações legais para garantir o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na gestão fiscal

### Controle de Gastos com Pessoal

- Limite de até 60% da Receita Corrente Líquida para despesa total com pessoal (Municípios: 54% Executivo e 6% Legislativo).
- Evita comprometimento excessivo da receita com folha de pagamento.
- Garante margem para investimentos e serviços essenciais.
- Origem dos recursos: Recursos próprios e transferências correntes líquidas.
- Período legal de verificação: Quadrimestral (com base nos últimos 12 meses).

Quadro 7 - Despesa com Pessoal no 1º quadrimestre de 2025	
HISTÓRICO	PERÍODO DOS ÚLTIMOS 12 MESES
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 479.416.269,55
LIMITE MÁXIMO DE DESPESAS (%)	54%
VALOR DO LIMITE MÁXIMO	R\$ 258.884.785,56
VENCIMENTOS E VANTAGENS (ATIVOS)	R\$ 108.310.335,22
OBRIGAÇÕES PATRONAIS (ATIVOS)	R\$ 33.461.196,25
INATIVOS	R\$ 36.139.263,50
PENSIONISTAS	R\$ 4.934.509,74
TERCEIRIZAÇÃO OU CONTRATAÇÃO INDIRETA	R\$ 32.837.535,86
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19 LRF)	R\$ 40.827.200,66
TOTAL DO VALOR DA DESPESA	R\$ 174.855.639,91
PERCENTUAL APLICADO	36,47%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Importância do Controle de Gastos Públicos: Pessoal, Educação, Saúde e FUNDEB

Fundamento Legal: LRF estabelece limites e obrigações legais para garantir o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na gestão fiscal

### Aplicação mínima em Educação

- 25% das receitas de impostos devem ser investidos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
- Garante acesso e qualidade na educação básica.
- Essencial para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Origem dos recursos: Recursos próprios e transferências constitucionais.
- Período legal de verificação: Anual (exercício financeiro).

Quadro 8 - Despesa com Ensino no 1º quadrimestre de 2025	
HISTÓRICO	PARCIAL DE JANEIRO/25 A ABRIL/25
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	R\$ 109.069.196,73
OBRIGAÇÃO DE APLICAÇÃO MÍNIMA (%)	25%
VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA	R\$ 27.267.299,18
TOTAL DO VALOR APLICADO	R\$ 21.334.102,21
PERCENTUAL APLICADO	19,56%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Importância do Controle de Gastos Públicos: Pessoal, Educação, Saúde e FUNDEB

Fundamento Legal: LRF estabelece limites e obrigações legais para garantir o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na gestão fiscal

### Aplicação mínima em Saúde

- 15% das receitas de impostos devem ser aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).
- Fortalece a Atenção Básica e o SUS nos municípios.
- Assegura o direito constitucional à saúde.
- Origem dos recursos: Recursos próprios e transferências constitucionais.
- Período legal de verificação: Anual (exercício financeiro).

Quadro 9 - Despesa com Saúde no 1º quadrimestre de 2025	
HISTÓRICO	PARCIAL DE JANEIRO/25 A ABRIL/25
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	R\$ 109.069.196,73
OBRIGAÇÃO DE APLICAÇÃO MÍNIMA (%)	15%
VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA	R\$ 16.360.379,51
TOTAL DO VALOR APLICADO	R\$ 22.838.556,12
PERCENTUAL APLICADO	20,94%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Importância do Controle de Gastos Públicos: Pessoal, Educação, Saúde e FUNDEB

Fundamento Legal: LRF estabelece limites e obrigações legais para garantir o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na gestão fiscal

### FUNDEB

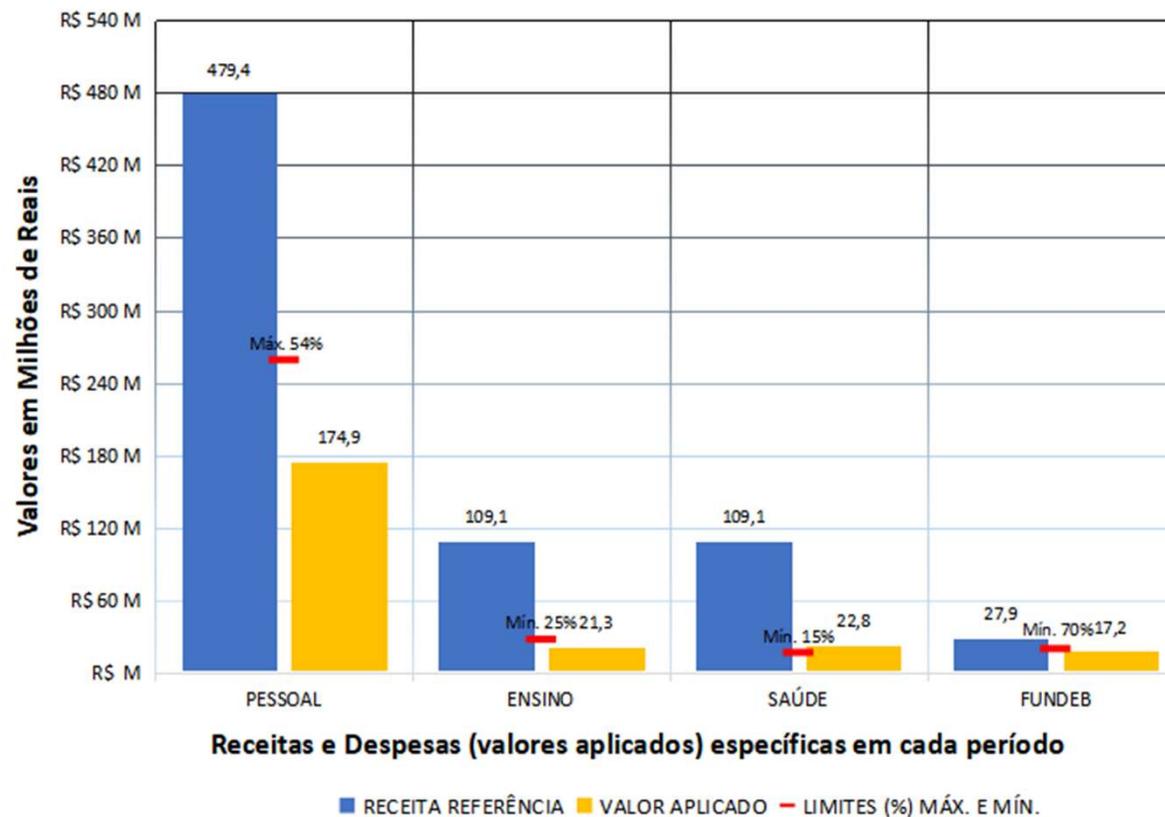
- 70% dos recursos do FUNDEB devem ser utilizados na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.
- Incentiva valorização do magistério e melhoria da qualidade da educação.
- Complementado pela União conforme critérios legais.
- Origem dos recursos: Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).
- Período legal de verificação: Anual (exercício financeiro).

Quadro 10 - Aplicação do FUNDEB (Subvinculação 70%) no 1º quadrimestre de 2025	
HISTÓRICO	PARCIAL DE JANEIRO/25 A ABRIL/25
RECEITA TOTAL DO FUNDEB	R\$ 27.852.099,44
OBRIGAÇÃO DE APLICAÇÃO MÍNIMA (%)	70%
VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA	R\$ 19.496.469,61
TOTAL DO VALOR APLICADO	R\$ 17.212.666,44
PERCENTUAL APLICADO	61,80%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

Quadros 7, 8, 9 e 10 - Valores Aplicados e Limites (máximo e mínimo) em cada período



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Saúde

- Ampliação de horário de atendimento da sede da Secretaria de Saúde;
- Ampliação de horário de atendimento da Farmácia Municipal;
- Ampliação de horário de atendimento da Policlínica Odontológica e Regional;
- Vacimóvel;
- Aquisição de novos veículos para renovação da frota;
- Construção das novas unidades de saúde, a saber: UBS Cibraci e UBS Solar;
- Uso de tecnologia (drones) no combate às endemias.



## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Educação

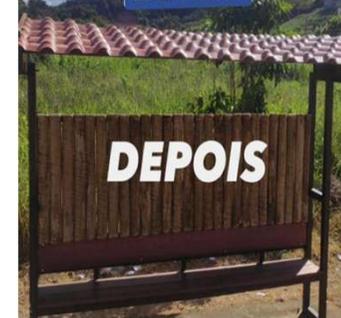
- Construção das escolas Nair de Araújo, Agroceres e Centro Educacional;
- Abertura de 8 novas turmas na rede municipal;
- Ampliação do número de professores de apoio;
- Contratação de professores no 1º dia letivo do ano;
- Ampliação da carga horária das creches, passando para 12 horas por dia;
- Aquisição de computadores e equipamentos novos.



## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana

- Transparência nos julgamentos de multas;
- Limpeza urbana, poda, roçada e capina em mais de 350 ruas, praças e trevos do município;
- Município selecionado para integrar as comunidades de Prática do Programa CAPACIDADES, do Ministério das Cidades;
- Criação de um novo espaço de lazer e proteção ambiental - Parque da Ligação;
- Cuidado e amor animal - resgate e castração;
- Restauração de bancos e pontos de ônibus;
- Revitalização de sinalização horizontal e vertical;
- Centro de educação ambiental e trilhas ecológicas.



## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Obras

- Manilhamento no bairro Ligação, próximo à fábrica Atraente Estofados;
- Desaterro do terreno da antiga AABB;
- Desaterro e manilhamento no distrito de Ubari;
- Pavimentação em CBUQ na rua Virgínia Brandão;
- Operação “tapa buracos” em diversas vias do município;
- Academia ao ar livre no bairro Ligação;
- Construção do Centro Educacional;
- Cascalhamento no Córrego do Emboque.

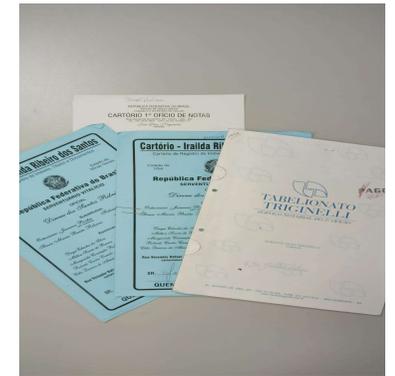


# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Administração

- Implementação da Central de Compras Unificadas;
- Adequações de compras e contratos - Decreto 7475/2025;
- Regularização imobiliária dos imóveis da Prefeitura;
- Posse dos novos servidores;
- Treinamento e capacitação dos servidores;
- Criação do Grupo de Estudos Avançados na Gestão de servidores;
- Valorização das mães servidoras com o fim da interrupção da contagem do tempo para prazos da vida funcional por licença maternidade;
- Reajuste salarial de 8% e aumento considerável dos auxílios alimentação e transporte;
- Revisão do desconto do vale alimentação por motivo de saúde;
- Adequação dos modelos de perícia e ajustamento funcional.



## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Desenvolvimento Social

- Recomeço das atividades dos CRAS e Centros de Convivências;
- Realização do evento “Domingo no Horto”;
- Inauguração da nova sede da Casa de Passagem;
- Entrega de alimentos ao Banco de Alimentos;
- Visitas técnicas às Organizações da Sociedade Civil.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Finanças

- Ampliação do atendimento, em acompanhamento ao crescimento exponencial da demanda;
- Elaboração do Calendário Tributário - CATRIM;
- Anulação de cobrança indevida sobre o Microempreendedor Individual (MEI);
- Cronograma de pagamentos aos fornecedores;
- Lançamento e homologação do IPTU e ISSQN;
- Regulamentação da tributação sobre as atividades dos feirantes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - Controladoria Interna e Auditoria

## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer

- Realização do Carnaval de Ubá;
- Estações Praça Guido Marliere, Diamante e Ligação, com reorganização física e patrimonial e oferta de oficinas;
- Comemoração em praça São Januário do Dia Internacional da Mulher;
- Organização do FETUBA - Festival de Teatro de Ubá;
- Comemoração do Dia do Trabalhador, com a realização de shows locais na cidade;
- Realização do evento encontro de carros antigos;
- Exposição de artes de Nise da Silveira no Fórum Cultural e Centro Administrativo;
- Realização dos Jogos Escolares Ubaenses.



## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável

- Elaboração de estudos, possibilitando a regularização de imóveis;
- Capacitação e alinhamento com consultorias e profissionais da área ambiental;
- Elaboração de estudos técnicos visando a criação do Parque Municipal da Ligação;
- Processos administrativos ambientais em destaque, promovendo o desenvolvimento sustentável de Ubá;
- Estudos para a melhoria e pavimentação da estrada da Miragaia, interligando ao Distrito de Ubari;
- Modernização do Licenciamento Ambiental;
- Gestão territorial e regularização fundiária;
- Revisão da legislação urbanística.



## Principais ações executadas por Secretaria no 1º quadrimestre de 2025

### Secretaria de Governo

- Cumprimento da Lei de Subvenções, Convênios e Projetos;
- Desenvolvimento econômico e geração de empregos;
- Fortalecimento do PROCON;
- Projetos cadastrados no Novo PAC na ordem de R\$93.980.980,12, dentre os quais: construções de unidades de saúde, creche e espaços esportivos comunitários, aquisição de veículo escolar, renovação de frota SAMU;
- Ações de fiscalização do PROCON;
- Ações na Semana do Consumidor;
- Participação em eventos nacionais, como na 35ª Reunião da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).



## Considerações Finais

### Pontos de Avanço:

- Crescimento da Receita Própria: O aumento expressivo na arrecadação de impostos (94,06%) e taxas (74,76%) é um forte indicador de avanço na gestão tributária e/ou recuperação econômica local. Isso reduz a dependência de transferências;
- Aumento das Transferências Correntes: Embora menor que o crescimento da receita própria, o aumento de 15,04% nas transferências contribuiu positivamente para o orçamento;
- Controle Relativo da Despesa com Pessoal: O crescimento da despesa com pessoal (15,89%) ficou abaixo do crescimento da receita total e da receita corrente, indicando um controle relativo e o cumprimento dos limites da LRF no período;
- Aumento dos Investimentos: O crescimento das despesas de capital, especialmente em obras e equipamentos, sugere um foco da gestão na melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos;
- Ações das Secretarias (2025): O relatório de 2025 detalha diversas ações importantes nas áreas de Saúde (ampliação de horários, vacimóvel, novas unidades, uso de drones), Educação (construção de escolas, novas turmas, equipamentos), Obras (pavimentação, tapa-buracos, cascalhamento), Administração (central de compras, valorização de servidores), entre outras, demonstrando atividade e entregas à população.

## Referências

- Fonte: GovernançaBrasil (GovBR) - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, acessos no período de janeiro a maio de 2025;
- Fonte: GovernançaBrasil (GovBR) - Responsabilidade Fiscal, acessos no período de janeiro a maio de 2025;
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000;
- Informações e registros fotográficos repassados por cada Secretaria.

**“Se você quer algo novo, você precisa parar de fazer algo velho” -Peter Drucker-**

**(Escritor, Professor e Consultor Administrativo, considerado o Pai da Administração Moderna)**

**Obrigado!**

**Marcelo Correa Paiva**  
**Controlador Interno e Auditor**

